

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

Elites políticas não estatais entre a profissionalização e o compromisso democrático: cultura política em perspectiva comparada em município brasileiro de grande porte (2010-2022).

Suzie Keilla Viana da Silva, Éder Rodrigo Gimenes

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.17795>

Submetido em: 2026-09-01

Postado em: 2026-09-02 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

A moderação deste preprint recebeu o(s) endosso(s) de:

- Carla Almeida (ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5555-739X>)

ELITES POLÍTICAS NÃO ESTATAIS ENTRE A PROFISSIONALIZAÇÃO E O COMPROMISSO DEMOCRÁTICO: CULTURA POLÍTICA EM PERSPECTIVA COMPARADA EM MUNICÍPIO BRASILEIRO DE GRANDE PORTE (2010-2022).

Suzie Keilla Viana da Silva

<https://orcid.org/0009-0003-2422-0569>

suziekeilla72@gmail.com

Universidade Estadual de Maringá (UEM). Maringá, Paraná (PR), Brasil.

Éder Rodrigo Gimenes

<https://orcid.org/0000-0002-2059-186X>

ergimenes@uem.br

Universidade Estadual de Maringá (UEM). Maringá, Paraná (PR), Brasil.

RESUMO: A democracia tem enfrentado retrocessos globais nos últimos anos e o Brasil vivenciou acontecimentos que tensionaram o regime e modificaram as relações entre Estado e sociedade civil. Nesse contexto, gestores de Organizações da Sociedade Civil (OSCs), compreendidos como segmento de elites políticas não estatais, ocupam posições relevantes na implementação de políticas públicas, na representação de interesses e em espaços institucionalizados de participação. O artigo objetiva analisar comparativamente o perfil e a cultura política desses gestores em Maringá/PR, a partir de dados coletados em 2010 e 2022. Metodologicamente, utiliza duas bases de *survey* predominantemente quantitativas e desenvolve análise estatística descritiva comparada, considerando características sociodemográficas, escolarização, condições de exercício da gestão, interesse por política, autolocalização ideológica, repertórios informacionais, preferência pela democracia e confiança institucional. Os resultados mostram mudanças na composição do grupo pesquisado, especialmente quanto ao sexo, à idade e à escolarização, além da presença expressiva de gestores remunerados, elementos que indicam um processo de profissionalização das posições de gestão. No campo da cultura política, permanecem elevados o interesse por política e a preferência pela democracia, embora sejam observadas diferenças na composição ideológica, nos meios de obtenção de informação e na confiança institucional, além da admissão minoritária de circunstâncias de ruptura democrática em 2022. Conclui-se que as transformações identificadas não seguem uma direção única, indicando que o processo de profissionalização das posições de gestão ocorre acompanhado por mudanças em diferentes dimensões da cultura política, sem que os dados permitam estabelecer relação causal direta entre esses processos.

Palavras-chave: cultura política, democracia, organizações da sociedade civil, comportamento político, conselhos de políticas públicas.

NON-STATE POLITICAL ELITES BETWEEN PROFESSIONALIZATION AND DEMOCRATIC COMMITMENT: POLITICAL CULTURE FROM A COMPARATIVE PERSPECTIVE IN A LARGE BRAZILIAN MUNICIPALITY (2010–2022)

ABSTRACT: Democracy has faced global setbacks in recent years, and Brazil has experienced events that have placed the regime under strain and altered relations between the State and civil society. In this context, managers of Civil Society Organizations (CSOs), understood as a segment of non-state political elites, occupy relevant positions in the implementation of public policies, the representation of interests, and institutionalized spaces of participation. This article aims to comparatively analyze the profile and political culture of these managers in Maringá, Paraná, based on data collected in 2010 and 2022. Methodologically, it uses two quantitative survey datasets and develops a comparative descriptive statistical analysis, considering sociodemographic characteristics, educational attainment, conditions under which management functions are performed, political interest, ideological self-placement, information repertoires, preference for democracy, and institutional trust. The results show changes in the composition of the group studied, especially regarding sex, age, and educational attainment, as well as a substantial presence of paid managers, elements that indicate a process of professionalization of management positions. In the field of political culture, political interest and preference for democracy remain high, although differences are observed in ideological composition, sources of political information, and institutional trust, as well as a minority acceptance of circumstances involving democratic rupture in 2022. It is concluded that the transformations identified do not follow a single direction, indicating that the process of professionalization of management positions occurs alongside changes in different dimensions of political culture, without the data allowing a direct causal relationship to be established between these processes.

Keywords: political culture, democracy, civil society organizations, political behavior, public policy councils.

INTRODUÇÃO

As relações entre Estado, sociedade civil e instituições democráticas passaram por mudanças importantes no Brasil entre 2010 e 2022. Nesse período, transformaram-se os mecanismos de participação, as formas de relacionamento entre o poder público e as Organizações da Sociedade Civil (OSCs), o ambiente político e os meios de circulação de informações. Essas mudanças tornam relevante observar como atores situados nas relações entre sociedade civil e políticas públicas se apresentam em momentos históricos distintos.

Entre esses atores, destacam-se os gestores de OSCs. Sua atuação ultrapassa a administração interna das organizações, pois envolve representação de interesses, implementação de políticas públicas e participação em espaços institucionalizados de interlocução com o Estado. Nessa perspectiva, Gimenes (2011, p. 56-57) compreende gestores de fundações e associações sem fins lucrativos como agentes políticos e integrantes de uma elite não estatal, considerando suas possibilidades diferenciadas de intervenção em processos relacionados às políticas públicas. A relevância desse segmento também justifica examinar suas percepções e orientações políticas (Gimenes; Ripari; Ribeiro, 2013).

Diante desse cenário, o problema que orienta este artigo consiste em compreender em que medida as transformações ocorridas entre 2010 e 2022 dialogam com mudanças na composição desse segmento e em sua cultura política. O objetivo é analisar comparativamente o perfil e a cultura política dos gestores de Organizações da Sociedade Civil de Maringá/PR¹, a partir de dados coletados em 2010 e 2022, considerando características sociodemográficas, condições de exercício da gestão, interesse por política, repertórios informacionais, autolocalização ideológica, preferência pela democracia e confiança institucional, sem pressupor relação causal entre profissionalização e compromisso democrático.

Os dados analisados são provenientes de dois levantamentos realizados com gestores de OSCs de Maringá/PR, com 82 respondentes em 2010 (Gimenes, 2011) e 50 em 2022 (Silva, 2024). A análise utiliza estatística descritiva comparada e considera os limites decorrentes das diferenças entre os questionários e do fato de os levantamentos não acompanharem os mesmos indivíduos. Como os grupos pesquisados não constituem um painel longitudinal, as diferenças identificadas são interpretadas como mudanças na composição do segmento pesquisado, e não como transformações individuais ocorridas ao longo do período.

Destacamos que, embora os dois levantamentos investiguem o mesmo segmento, os questionários não são idênticos, apresentando diferenças na redação de algumas questões, nas alternativas de resposta e no nível de detalhamento de determinadas variáveis. Por essa razão, foram comparados diretamente apenas os indicadores que permitem aproximação entre os instrumentos, enquanto as demais informações são utilizadas para caracterizar cada grupo em seu respectivo momento. Essa precaução se aplica especialmente às condições de exercício da gestão, uma vez que, em 2010, foram coletadas informações sobre profissão ou ocupação principal e vínculo empregatício, enquanto, em 2022, o instrumento permitiu identificar de forma mais específica a atuação remunerada ou voluntária, a existência de outra fonte de renda e o eventual acúmulo das funções de gestão e presidência.

Além desta introdução, o artigo está organizado em três seções. A primeira contextualiza as transformações políticas, institucionais e sociais ocorridas no Brasil entre 2010 e 2022. A segunda compara o perfil dos gestores, discutindo mudanças em sua composição social e os indícios de maior

¹ Adota-se, neste artigo, a classificação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), segundo a qual são considerados municípios de grande porte aqueles com população entre 100.001 e 900.000 habitantes.

especialização das posições de gestão. A terceira analisa dimensões da cultura política dos respondentes, com atenção ao interesse por política, à autolocalização ideológica, aos repertórios informacionais, à preferência pela democracia e à confiança institucional. Por fim, as considerações finais apresentam as principais conclusões do estudo.

1. BRASIL ENTRE 2010 E 2022: TRANSFORMAÇÕES POLÍTICAS, DEMOCRACIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

A comparação entre os gestores de Organizações da Sociedade Civil (OSCs) pesquisados em 2010 e 2022 exige considerar que os dois levantamentos foram realizados em contextos políticos, institucionais e sociais distintos. Entre um momento e outro, modificaram-se as formas de participação, as relações entre Estado e sociedade civil, as condições de financiamento das políticas públicas e o próprio ambiente democrático brasileiro.

No início da década de 2010, o cenário nacional ainda era marcado pela consolidação de mecanismos institucionalizados de participação constituídos a partir da redemocratização. Conselhos gestores, conferências, fóruns e outras formas de interlocução entre Estado e sociedade civil integravam diferentes políticas públicas. Paralelamente, a expansão da internet e das redes sociais comerciais começava a modificar as formas de circulação de informações, mobilização e expressão política. Os autores Machado e Miskolci (2019) situam esse processo em um movimento internacional que envolveu experiências como a Primavera Árabe, o Occupy Wall Street e os Indignados, ganhando maior visibilidade política no Brasil com as Jornadas de Junho de 2013.

A intensificação das mobilizações sociais, contudo, antecede junho de 2013. Tatagiba e Galvão (2019) identificam crescimento dos protestos já em 2012 e o ponto mais elevado da série analisada em 2013. As Jornadas de Junho devem, portanto, ser compreendidas dentro de um ciclo mais amplo, marcado pela ampliação das pautas, pela diversificação dos participantes e pela heterogeneidade das reivindicações. Scherer-Warren (2014) destaca ainda o papel das redes sociais virtuais na convocação e difusão das manifestações. Essas plataformas, entretanto, não devem ser tomadas como causa isolada dos conflitos políticos, mas como meios que ampliaram a circulação e a visibilidade de diferenças e disputas já presentes na sociedade brasileira (Machado; Miskolci, 2019).

A partir de 2014, esse ambiente adquiriu novos contornos. A eleição presidencial foi seguida pela intensificação das mobilizações contrárias ao governo Dilma Rousseff e, nos anos de 2015 e 2016,

manifestações favoráveis e contrárias ao impeachment alcançaram ampla difusão territorial. Tatagiba e Galvão (2019) mostram que parte importante do confronto político passou a se estruturar em torno da oposição entre PT e anti-PT, sem que essa clivagem esgotasse a heterogeneidade das disputas existentes. Concluído em 2016, o processo de impeachment inseriu-se em um cenário marcado pela reorganização dos atores políticos, pela intensificação das mobilizações sociais e pelo acirramento das disputas em torno da representação e das instituições.

Nesse mesmo período, mudanças importantes atingiram as relações entre Estado e sociedade civil. A Lei nº 13.019/2014, posteriormente modificada pela Lei nº 13.204/2015, estabeleceu novo regime jurídico para as parcerias entre a administração pública e as OSCs. A nova regulamentação ampliou a importância de conhecimentos normativos, elaboração de projetos, administração de recursos, acompanhamento de metas, prestação de contas e interlocução com órgãos públicos, aspectos relevantes para compreender as condições de exercício das posições dirigentes nas organizações.

As condições de financiamento das políticas sociais também se modificaram no período. A Emenda Constitucional nº 95/2016 instituiu o Novo Regime Fiscal e estabeleceu limites às despesas primárias federais, com repercussões sobre políticas sociais e sobre a capacidade de financiamento estatal. Na Política de Assistência Social, Boschetti e Behring (2021, p. 81) apontam redução de recursos destinados aos serviços e à gestão do SUAS. Para as OSCs que participam da implementação de políticas públicas, esse cenário é especialmente relevante, uma vez que alterações no financiamento público podem repercutir sobre planejamento, equipes, continuidade dos serviços e condições de funcionamento das organizações.

A eleição presidencial de 2018 constitui outro marco desse percurso. Fuks e Marques (2022) identificam, especialmente em 2018, o crescimento do posicionamento dos eleitores na escala ideológica, da percepção das diferenças entre esquerda e direita e da associação entre ideologia e voto. Os resultados também apontam aumento da polarização, predominantemente em sua dimensão afetiva, além de uma configuração assimétrica no campo ideológico, marcada pelo crescimento da direita.

A posse de Jair Bolsonaro, em janeiro de 2019, ocorreu em um ambiente de reorganização ideológica e de disputas crescentes em torno das instituições e dos espaços de participação. Ainda naquele ano, o Decreto nº 9.759/2019 estabeleceu a extinção e novas limitações para colegiados da

administração pública federal, alcançando diversos conselhos de políticas públicas e alterando institucionalmente espaços de interlocução entre Estado e sociedade civil.

A partir de 2020, a pandemia de Covid-19 acrescentou a esse cenário uma crise sanitária e social de grandes proporções. Segundo Boschetti e Behring (2021), a pandemia encontrou um sistema de proteção social já fragilizado pelas restrições orçamentárias e ocorreu em meio a conflitos relacionados às medidas de distanciamento, ao uso de máscaras, às evidências científicas e aos medicamentos utilizados no tratamento da doença. As autoras destacam, ainda, a resistência do governo federal às medidas de prevenção e o estímulo ao uso de medicamentos sem eficácia comprovada.

Ao chegar a 2022, também o ambiente informacional brasileiro havia se transformado. Meios tradicionais, como televisão, rádio e jornais, passaram a conviver de maneira mais intensa com plataformas digitais e redes sociais. Machado e Miskolci (2019, p. 957) destacam a convergência entre redes sociais e mídias de massa, tornando mais adequado compreender o período pela diversificação dos meios de informação do que por uma simples substituição dos meios tradicionais.

A eleição presidencial de 2022 encerra, para os propósitos deste artigo, esse período de comparação. O segundo turno foi disputado entre Jair Bolsonaro e Luiz Inácio Lula da Silva, eleito com 50,90% dos votos válidos, diante de 49,10% obtidos pelo então presidente (Tribunal Superior Eleitoral, 2022). É nesse contexto que a comparação do perfil dos gestores deve ser situada. A seção seguinte toma a política de Assistência Social como referência para compreender algumas das exigências institucionais que passaram a alcançar as OSCs e, a partir daí, examina as mudanças e permanências na composição dos grupos pesquisados e nas condições de exercício das posições dirigentes.

2. QUEM OCUPA ESSAS POSIÇÕES? TRANSFORMAÇÃO DO PERFIL, PROFISSIONALIZAÇÃO E ELITES POLÍTICAS NÃO ESTATAIS

A comparação entre os gestores pesquisados em 2010 e 2022 deve considerar as transformações políticas, econômicas e institucionais que alcançaram as Organizações da Sociedade Civil ao longo do período. No campo da Política de Assistência Social, a consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a NOB-RH/SUAS, a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e as alterações posteriores nas relações entre poder público e OSCs ampliaram a

definição de parâmetros para serviços, equipes, gestão e prestação de contas (Brasil, 2006, 2009, 2011a, 2011b, 2014, 2015). A profissionalização não se reduz à escolarização ou à remuneração, mas envolve também conhecimentos técnicos, competências administrativas, domínio de normas e capacidade de interlocução com órgãos públicos e instâncias de controle.

Em Maringá, essas transformações repercutiram sobre as condições de inscrição e permanência das organizações na rede socioassistencial, especialmente a partir das mudanças introduzidas pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, alcançando a composição das equipes, os procedimentos administrativos e as formas de relacionamento com o poder público. Souza (2018), ao analisar os impactos recíprocos entre a política de Assistência Social e organizações da sociedade civil no município, demonstra como a institucionalização da política produziu processos de adequação das entidades e de seus serviços. Para os propósitos deste artigo, interessa reter que esse conjunto de mudanças tornou mais específicas as condições e capacidades associadas ao exercício das posições dirigentes, aspecto que orienta a comparação do perfil dos gestores apresentada a seguir.

A análise dos gestores das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) como integrantes de um segmento de elites políticas não estatais exige considerar que os estudos sobre elites foram ampliados ao longo do tempo, deixando de se restringir às formulações clássicas sobre minorias dirigentes. Segundo Grynszpan e Grill (2011, p. 10-11), o objeto elites adquiriu maior autonomia e passou a ser analisado por diferentes perspectivas teóricas e metodológicas, incorporando não apenas elites políticas e econômicas, mas também outros grupos, suas formas de recrutamento, composição social, valores e mecanismos de legitimação. Essa ampliação permite observar relações de influência constituídas também fora das estruturas formais do Estado.

Nesse sentido, compreender as elites implica observar os atores que ocupam posições capazes de produzir efeitos sobre processos políticos e sociais. De acordo com Gené, Grill e Serna (2025, p. 159-160), os estudos contemporâneos têm se voltado às características e práticas das minorias dirigentes, aos processos de seleção e às formas de atuação daqueles que ocupam posições de poder. Os autores ressaltam, ainda, que a atuação das elites políticas não se limita às instituições propriamente políticas, pois se relaciona também às configurações do Estado, a outras hierarquias sociais e aos diferentes espaços de poder.

No caso analisado, a condição desses gestores como integrantes de uma elite política não estatal não decorre apenas da função administrativa exercida nas organizações, mas também das responsabilidades de representação, interlocução com o poder público, participação em espaços

institucionalizados e atuação na implementação de políticas públicas. Trata-se, portanto, de considerar as possibilidades de influência associadas ao lugar que ocupam, e não necessariamente sua condição econômica ou sua inserção em estruturas formais do Estado. Essa compreensão permite, ainda, analisar mudanças entre aqueles que exercem essas funções, uma vez que os estudos contemporâneos chamam atenção para os contextos, recursos e processos de formação, especialização e profissionalização dos grupos dirigentes (Gené; Grill; Serna, 2025, p. 162-164). Assim, a comparação entre 2010 e 2022 permite observar mudanças e permanências nas características sociais dos gestores e nas condições relacionadas ao exercício da gestão.

As características sociodemográficas constituem um primeiro plano dessa comparação. Albuquerque (1992, p. 53-54), ao discutir a construção de tipologias do comportamento político, chama atenção para a relevância analítica de variáveis como idade, sexo, renda, instrução, filiação religiosa, participação e informação política. No estudo de elites, esses atributos não devem ser tratados como características isoladas, mas como elementos que contribuem para identificar mudanças e permanências na composição social dos grupos dirigentes. A Tabela 1 apresenta o perfil comparado dos respondentes em 2010 e 2022.

Tabela 1 – Indicadores do perfil sociodemográfico dos respondentes, Maringá, 2010 e 2022

Indicador	2010	2022
Mulheres	41,5%	72,0%
Homens	58,5%	28,0%
Idade média	50,8 anos	44,8 anos
Branços	73,2%	66,0%
Pardos/morenos	19,5%	28,0%
Negros	3,7%	4,0%
Católicos	67,1%	50,0%
Não pertence a religião ou grupo religioso	2,4%	16,0%

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Gimenes (2011) e Silva (2024).

Nota: n = 82 em 2010 e n = 50 em 2022. A tabela apresenta categorias selecionadas para fins comparativos; por essa razão, os percentuais de raça/cor e religião não totalizam 100%.

A comparação do perfil sociodemográfico mostra que a composição desse segmento dirigente se modificou entre 2010 e 2022, mas essas mudanças não ocorreram com a mesma intensidade em todas as dimensões. A alteração mais evidente aparece na composição por sexo: o grupo majoritariamente masculino identificado em 2010 passa a ser predominantemente feminino em 2022.

Essa diferença encontra correspondência na literatura sobre participação em políticas sociais. Lüchmann, Almeida e Gimenes (2016) demonstram que a presença das mulheres varia conforme a área da política pública, o desenho institucional e o perfil do associativismo, sendo particularmente elevada em espaços vinculados à Assistência Social. No caso pesquisado, os dados não permitem estabelecer uma relação causal entre a área de atuação das OSCs e a presença feminina, mas mostram uma alteração expressiva na composição das posições dirigentes.

Outras dimensões apresentam variações menos expressivas. A idade média passa de 50,8 para 44,8 anos, indicando um grupo com idade média menor em 2022. Na composição racial, observa-se maior continuidade: os brancos passam de 73,2% para 66%, enquanto pardos ou morenos aumentam de 19,5% para 28% e a proporção de negros permanece próxima entre os dois levantamentos. Gimenes (2011, p. 76) caracterizou o segmento pesquisado em 2010 como uma elite não estatal majoritariamente masculina e branca. A comparação mostra que a primeira dessas características se modifica de forma acentuada, enquanto a predominância branca permanece, ainda que acompanhada por maior participação de pardos ou morenos.

Também se observa maior diversidade religiosa entre os respondentes. O catolicismo permanece como a identificação mais frequente, mas passa de 67,1% em 2010 para 50% em 2022, enquanto a proporção daqueles que declararam não pertencer a religião ou grupo religioso aumenta de 2,4% para 16%. Albuquerque (1992) inclui a filiação religiosa entre as características relevantes para a análise do comportamento político, mas os dados disponíveis não permitem atribuir a essa mudança efeitos específicos sobre as orientações políticas dos gestores.

O resultado deve ser compreendido, neste momento, como parte da alteração na composição social do segmento pesquisado. Para além desses atributos, a escolarização acrescenta uma dimensão importante à comparação, especialmente quando considerada em relação às condições de exercício das posições dirigentes.

Tabela 2 – Escolarização dos respondentes, Maringá, 2010 e 2022

Escolarização	2010	2022
Ensino superior completo	41,5%	30,0%
Pós-graduação	28,0%	64,0%
Superior completo ou pós-graduação	69,5%	94,0%

Elaborado pelos autores com base em Gimenes (2011) e Silva (2024).

Nota: n = 82 em 2010 e n = 50 em 2022. A categoria “superior completo ou pós-graduação” corresponde à agregação analítica das duas categorias anteriores.

A escolarização apresenta uma das diferenças mais claras entre os dois grupos pesquisados. Em 2022, 47 dos 50 respondentes (94%) possuíam ensino superior completo ou pós-graduação, diante de 57 dos 82 participantes (69,5%) em 2010. A diferença é particularmente visível na pós-graduação, presente em 64% dos respondentes de 2022, frente a 28% no levantamento anterior. Os resultados indicam, portanto, um nível de escolarização mais elevado no grupo pesquisado em 2022. Essa característica, contudo, não deve ser tomada isoladamente como sinônimo de profissionalização. A literatura sobre elites chama atenção para a necessidade de considerar, além dos atributos formais, as trajetórias, práticas e condições de exercício das posições dirigentes (Gené; Grill; Serna, 2025).

A escolaridade também constitui uma dimensão relevante para a compreensão das atitudes políticas, embora seus efeitos não sejam uniformes nem possam ser analisados isoladamente. Ao examinarem a consistência das atitudes democráticas na América Latina, Fuks, Casalecchi e Ribeiro (2019, p. 21) observam que “quanto mais anos de estudo e quanto maior o interesse por política, maiores são as chances de um indivíduo ser um democrata coeso”. O resultado destaca a importância da relação entre escolaridade e interesse político, sem permitir que uma dimensão seja tomada como equivalente à outra. Neste artigo, portanto, o nível de escolarização mais elevado entre os gestores pesquisados em 2022 constitui uma característica relevante da mudança de perfil, cuja relação com outras dimensões da cultura política será examinada posteriormente.

O levantamento de 2022 permite qualificar esse resultado ao identificar também as profissões ou formações superiores informadas pelos respondentes. Como a questão era aberta, as respostas apresentam diferentes níveis de detalhamento e, em alguns casos, mais de uma formação. Entre as formações informadas, Serviço Social aparece com maior frequência, reunindo 17 respondentes, o que corresponde a 34% do total, seguido de Administração, mencionada por oito participantes, equivalentes a 16%. Ciências Contábeis ou Contabilidade e Pedagogia foram indicadas por três respondentes cada, correspondendo a 6% do total. Já 4% dos participantes mencionaram Teologia, Letras/Línguas e formações específicas em gestão de organizações ou do Terceiro Setor.

A presença de formações relacionadas às políticas sociais e à administração acrescenta uma dimensão importante à discussão sobre a profissionalização das posições dirigentes. No campo socioassistencial, a Resolução CNAS nº 17/2011 reconhece categorias profissionais de nível superior relacionadas tanto às equipes dos serviços quanto às funções de gestão (Brasil, 2011b). Os dados mostram, portanto, que parte expressiva dos gestores possui formação diretamente relacionada às

demandas técnicas, sociais e administrativas presentes no funcionamento das OSCs. Escolarização e formação profissional constituem, assim, indicadores importantes desse processo, especialmente quando consideradas em conjunto com as exigências normativas, administrativas e institucionais que passaram a caracterizar a atuação das organizações.

Outra dimensão importante diz respeito à forma como as funções dirigentes são desempenhadas. Essa dimensão esteve presente nos dois levantamentos, embora tenha sido mensurada de maneira distinta. Em 2010, foram coletadas informações sobre profissão ou ocupação principal e vínculo empregatício, enquanto, em 2022, a questão permitiu distinguir de forma mais detalhada a função exercida, a remuneração, o voluntariado e a existência de outra fonte de renda. Em razão dessas diferenças, os resultados apresentados a seguir contribuem para caracterizar cada grupo em seu respectivo momento, mas não são tratados como medidas diretamente comparáveis.

No levantamento de 2010, o perfil ocupacional dos gestores mostrava-se diversificado. Entre aqueles que informaram profissão ou ocupação principal, 42% foram classificados como profissionais de nível superior, 24,6% como pequenos empregadores, 17,4% em ocupações médias e 13% como dirigentes. A pesquisa também registrou aposentados, estudantes, párocos e voluntários entre as ocupações declaradas. Quanto ao vínculo empregatício, entre os 77 casos válidos, 36,4% estavam vinculados a organizações privadas não lucrativas, 53,2% atuavam em empresas privadas ou indústrias e 10,4% no governo ou em instituições públicas. Os resultados indicam que, naquele momento, o exercício das posições dirigentes nas organizações coexistia com diferentes trajetórias profissionais e formas de inserção no mercado de trabalho.

Em 2022, o instrumento permitiu observar de maneira mais específica as condições de exercício da própria função de gestão. Entre os 50 respondentes, 34 (68%) exerciam funções de gestão de forma remunerada, considerando também aqueles que acumulavam gestão e presidência. Para 23 participantes (46%), a remuneração recebida da organização constituía sua única fonte de renda, enquanto 16 respondentes (32%) declararam exercer essas funções voluntariamente. Os dados evidenciam, portanto, a coexistência entre trabalho remunerado e voluntário entre os dirigentes pesquisados, característica que dialoga com a trajetória das organizações do Terceiro Setor, historicamente marcada pela presença do voluntariado e por diferentes formas de atuação profissional (Gimenes, 2020).

Embora os dois levantamentos não permitam uma comparação direta dessas condições de trabalho, a leitura conjunta contribui para compreender os diferentes modos de inserção profissional

dos gestores nos dois momentos pesquisados. Em 2010, as informações disponíveis evidenciam maior diversidade de vínculos e ocupações, enquanto o instrumento de 2022 permite identificar com maior precisão a presença da remuneração no exercício da gestão. Esses resultados, associados ao aumento da escolarização e à presença de formações relacionadas às políticas sociais e à administração, acrescentam elementos à interpretação de maior especialização das posições dirigentes.

A presença expressiva de gestores remunerados constitui um indicativo importante desse processo de profissionalização, particularmente em um campo historicamente marcado pelo trabalho voluntário. Paulo et al. (2021) destacam que parcela expressiva das organizações do Terceiro Setor não possui trabalhadores formalmente registrados e, diante da forte presença do voluntariado, chamam atenção para a necessidade de profissionalização desse campo. Nesse sentido, o fato de 68% dos gestores pesquisados em 2022 exercerem suas funções de forma remunerada mostra que, entre as organizações analisadas, a gestão assume também características de atividade profissional. Considerados em conjunto com a elevação da escolarização, a presença de formações relacionadas às políticas sociais, à administração e à gestão do Terceiro Setor e as crescentes exigências institucionais, técnicas e administrativas, esses resultados reforçam os indícios de maior especialização das funções exercidas pelos gestores pesquisados em 2022.

Os resultados apresentados permitem caracterizar mudanças no perfil dos gestores e nas condições de exercício das posições dirigentes. Esses elementos, contudo, não permitem antecipar suas orientações políticas ou seu compromisso com a democracia. Para compreender essa outra dimensão, é necessário observar como os gestores se relacionam com a política, se posicionam ideologicamente e avaliam a democracia e suas instituições, aspectos abordados na seção seguinte.

3. ENTRE A PROFISSIONALIZAÇÃO E O COMPROMISSO DEMOCRÁTICO: CULTURA POLÍTICA EM PERSPECTIVA COMPARADA

As transformações identificadas no perfil dos gestores e nas condições de exercício das posições dirigentes permitem avançar para outra dimensão da análise: a cultura política. Conforme Moisés (1992), ela envolve valores, orientações e atitudes construídos por processos de socialização e pela experiência política. Borba (2005, p. 149), nessa mesma direção, distingue orientações cognitivas, afetivas e avaliativas, relacionadas, respectivamente, ao conhecimento do sistema político, aos sentimentos em relação a ele e aos julgamentos formulados sobre seus objetos. Essa perspectiva

permite analisar como os gestores pesquisados se relacionam com a política, a democracia e suas instituições.

A análise dessas orientações adquire relevância quando voltada aos dirigentes de OSCs, considerando as posições que ocupam nas relações entre sociedade civil e poder público. Reis e Cheibub (1995) destacam a importância dos valores e atitudes das elites para a compreensão dos processos democráticos. No caso deste artigo, essa discussão permite examinar uma questão central: maior escolarização e profissionalização das posições de gestão constituem características relevantes para a compreensão das orientações políticas e do compromisso democrático, mas não permitem, isoladamente, antecipar seu conteúdo. O perfil social, as condições de exercício da gestão e a cultura política devem, portanto, ser analisados de forma articulada.

O interesse por política constitui um primeiro indicador para observar essa relação. Sua comparação entre 2010 e 2022 permite verificar se as mudanças identificadas no perfil dos gestores, especialmente no nível de escolarização e nas características associadas ao exercício da gestão, aparecem acompanhadas por diferenças no interesse declarado pelos respondentes. A Tabela 3 apresenta esses resultados.

Tabela 3 – Interesse por política dos respondentes, Maringá, 2010 e 2022

Resposta em 2010	2010	Resposta em 2022	2022
Não sou interessado	2,4%	Nenhum interesse	2,1%
Não muito interessado	3,7%	Pouco interesse	12,8%
Um pouco interessado	56,1%	Interesse médio (“normal”)	46,8%
Muito interessado	37,8%	Muito interesse	38,3%

Elaborado pelos autores com base em Gimenes (2011) e Silva (2024).

Nota: n = 82 em 2010 e n = 47 em 2022. As alternativas apresentadas aos respondentes não possuem redação idêntica nos dois questionários e, por essa razão, foram mantidas conforme formuladas em cada levantamento.

Embora as alternativas dos dois questionários não tenham redação idêntica, os resultados mostram que os gestores permanecem predominantemente concentrados nos níveis intermediário e mais elevado de interesse por política. O aspecto que mais chama atenção é a proximidade da categoria de maior interesse: 31 dos 82 respondentes de 2010 (37,8%) declararam-se muito interessados, proporção praticamente igual à encontrada em 2022, quando 18 dos 47 casos válidos (38,3%) indicaram muito interesse. Ao mesmo tempo, o levantamento mais recente apresenta maior presença

nas categorias de pouco ou nenhum interesse, o que recomenda cautela diante de uma interpretação linear de aumento do interesse político entre os dois momentos.

Esse resultado é particularmente relevante quando relacionado à mudança no perfil educacional apresentada anteriormente. Apesar do nível de escolarização mais elevado entre os respondentes de 2022, não se observa crescimento correspondente na proporção daqueles que declaram o nível mais elevado de interesse por política. A escolarização constitui uma dimensão importante para a formação de atitudes políticas, mas seus efeitos não são automáticos nem isolados. Fuks, Casalecchi e Ribeiro (2019), ao analisarem a consistência das atitudes democráticas, destacam justamente a importância da relação entre escolaridade e interesse político, sem reduzir uma dimensão à outra. No caso dos gestores pesquisados, os dados sugerem que maior escolarização e maior interesse por política não podem ser tratados como processos equivalentes.

O interesse por política também adquire relevância pela posição ocupada pelos gestores das OSCs, atores que mantêm relações com o poder público e participam de processos vinculados às políticas públicas. Conforme Borba (2005, p. 151), os estudos de cultura política podem “contribuir para a explicação do comportamento político dos indivíduos”, ao considerar valores e orientações presentes em suas decisões. O interesse político constitui, portanto, uma das dimensões dessa relação, que deve ser analisada em conjunto com outras orientações. A autolocalização ideológica permite avançar nessa direção.

Tabela 4 – Autolocalização ideológica dos respondentes, Maringá, 2010 e 2022

Autolocalização ideológica	2010	2022
Esquerda (1 a 4)	15,0%	48,9%
Centro (5 e 6)	33,8%	29,8%
Direita (7 a 10)	51,3%	21,3%
Média na escala esquerda-direita	6,25	4,40

Elaborado pelos autores com base em Gimenes (2011) e Silva (2024).

Nota: n = 80 em 2010 e n = 47 em 2022. O agrupamento da escala esquerda-direita em três blocos constitui procedimento analítico adotado neste artigo. Em 2010, a diferença de 0,1 ponto percentual no total decorre do arredondamento.

A autolocalização ideológica constitui uma das dimensões utilizadas para compreender como os indivíduos se posicionam politicamente, mas não deve ser interpretada de forma isolada. Conforme

Borba (2005), a identificação ideológica integra um conjunto mais amplo de crenças, avaliações e atitudes políticas, razão pela qual a posição declarada na escala esquerda-direita não é suficiente para explicar as demais dimensões da cultura política.

Os resultados indicam uma composição ideológica distinta entre os grupos pesquisados. Em 2010, predominavam as posições situadas à direita da escala, enquanto, em 2022, a maior proporção dos respondentes se localiza à esquerda. A média da escala acompanha essa diferença, passando de 6,25 para 4,40. A proporção situada no centro, por sua vez, apresenta variação menor entre os dois levantamentos.

Essa diferença deve ser interpretada considerando que os levantamentos foram realizados em momentos históricos distintos e com grupos diferentes de respondentes. Por isso, os dados não permitem falar em deslocamento ideológico dos mesmos indivíduos nem atribuir a mudança observada a um acontecimento específico. O que a comparação permite identificar é uma diferença na composição ideológica desse segmento de gestores entre 2010 e 2022.

A autolocalização ideológica também não permite antecipar o compromisso democrático dos respondentes. Esquerda, centro e direita constituem posições no espectro ideológico e não medidas de maior ou menor adesão à democracia. Essa distinção é particularmente importante porque o apoio democrático envolve diferentes princípios e orientações, que podem apresentar graus distintos de consistência entre os indivíduos (Fuks; Casalecchi; Ribeiro, 2019). Por essa razão, a relação dos gestores com a democracia precisa ser examinada por meio de indicadores específicos, analisados a seguir.

Tabela 5 – Repertórios de informação política utilizados ao menos semanalmente, Maringá, 2010 e 2022

Meio de informação	2010	2022
Jornais impressos / impressos ou on-line	68,3%	68,1%
Televisão ou rádio	84,1%	70,2%
Internet e e-mail / blogs, sites e e-mail	65,9%	68,1%
Conversas com amigos ou colegas	70,7%	66,0%

Elaborado pelos autores com base em Gimenes (2011) e Silva (2024).

Nota: n = 82 em 2010 e n = 47 em 2022. Considera-se utilização ao menos semanal a soma das respostas “uma ou duas vezes por semana” e “todos os dias”. As formulações dos itens apresentam pequenas diferenças entre os dois instrumentos, motivo pelo qual a comparação deve ser interpretada de forma descritiva.

A comparação dos meios presentes nos dois levantamentos mostra relativa estabilidade no uso de jornais e das fontes associadas à internet, ao mesmo tempo em que se observa redução mais

evidente no uso de televisão ou rádio. Os jornais aparecem em proporções praticamente idênticas, passando de 68,3% em 2010 para 68,1% em 2022, enquanto internet e e-mail passam de 65,9% para 68,1%. As conversas com amigos ou colegas também permanecem frequentes, embora com pequena redução, de 70,7% para 66%. A alteração mais expressiva ocorre no uso de televisão ou rádio, que passa de 84,1% em 2010 para 70,2% em 2022. Ainda assim, televisão ou rádio constituem o meio mais utilizado, em 2022, entre aqueles investigados nos dois levantamentos.

O levantamento de 2022 acrescenta ao repertório informacional plataformas que não foram investigadas em 2010. Entre os 47 respondentes válidos, 28 (59,6%) utilizavam o WhatsApp ao menos semanalmente para obter informações políticas, 24 (51,1%) o Instagram, 21 (44,7%) o Facebook e nove (19,1%) o Twitter. Esses dados não permitem comparação longitudinal dessas plataformas, mas mostram que, em 2022, os meios comuns aos dois levantamentos convivem com novos canais digitais de acesso à informação política.

Em conjunto, os resultados não indicam uma substituição simples dos meios tradicionais pelas plataformas digitais. Jornais, televisão, rádio, sites e relações interpessoais permanecem presentes em proporções expressivas, ao mesmo tempo em que aplicativos de mensagens e redes sociais passam a integrar o repertório informacional dos respondentes. Baptista et al. (2019, p. 43) também destacam a importância das mídias sociais no consumo de informação política e sua relação com a formação da opinião pública. No caso analisado, observa-se, portanto, uma diversificação dos meios utilizados para acessar informações sobre política entre 2010 e 2022.

Tabela 6 – Preferência entre democracia e ditadura entre os respondentes, Maringá, 2010 e 2022

Indicador	2010	2022
Democracia sempre preferível	84,1%	91,5%
Ditadura pode ser preferível em determinadas circunstâncias	12,2%	6,4%
Indiferença entre democracia e ditadura	3,7%	2,1%

Elaborado pelos autores com base em Gimenes (2011) e Silva (2024).

Nota: n = 82 em 2010 e n = 47 em 2022.

A preferência pela democracia permanece amplamente majoritária nos dois levantamentos e apresenta percentual mais elevado em 2022. Entre os 82 respondentes de 2010, 69 (84,1%) afirmaram que a democracia é sempre preferível a qualquer outra forma de governo; em 2022, essa resposta foi indicada por 43 dos 47 casos válidos (91,5%). Ao mesmo tempo, diminui a proporção daqueles que admitem que, em determinadas circunstâncias, uma ditadura possa ser preferível, de 12,2% para 6,4%.

Embora a diferença entre os levantamentos não autorize inferências sobre mudanças individuais, os resultados mostram que a preferência declarada pela democracia permanece amplamente majoritária nesse segmento.

Essa preferência geral, contudo, não é suficiente para compreender a consistência do compromisso democrático. Fuks, Casalecchi e Ribeiro (2019) mostram que o apoio a um princípio democrático não implica necessariamente adesão equivalente aos demais, enquanto Moisés (2008) destaca que a preferência pela democracia não significa apoio incondicional a todos os elementos do regime. Essa distinção é especialmente importante para analisar as questões complementares presentes nos levantamentos.

Os dois questionários investigaram características atribuídas à democracia e circunstâncias relacionadas à possibilidade de seu fim, embora tenham utilizado formatos distintos de mensuração. Em 2010, essas dimensões foram avaliadas por meio de escalas graduais, nas quais os respondentes indicavam o grau em que consideravam determinada afirmação uma característica fundamental da democracia ou concordavam com situações que poderiam justificar seu fim. Em 2022, essas mesmas dimensões foram apresentadas em formato de múltipla seleção, permitindo aos respondentes assinalar todas as alternativas consideradas aplicáveis. Por essa razão, os resultados não são tratados como medidas diretamente comparáveis, sendo utilizados para qualificar a interpretação do compromisso democrático em cada levantamento.

No levantamento de 2022, entre os 45 respondentes válidos para a questão, 86,7% afirmaram que o fim da democracia não seria aceitável em hipótese alguma. Entretanto, quando essa resposta é analisada em conjunto com as circunstâncias que poderiam justificar uma ruptura, 75,6% rejeitam o fim da democracia sem assinalar simultaneamente qualquer hipótese de exceção. Essa diferença corresponde a cinco respondentes que, embora tenham assinalado que o fim da democracia não seria aceitável em hipótese alguma, também indicaram ao menos uma circunstância em que a ruptura poderia ser justificada. A diferença entre preferência pelo regime, rejeição declarada de seu fim e ausência de exceções reforça que o compromisso democrático não constitui uma orientação necessariamente uniforme.

Tabela 7 – Confiança parcial ou elevada em instituições e organizações, Maringá, 2010 e 2022

Instituição/organização	2010	2022
Entidades sem fins lucrativos / entidades sociais	86,6%	87,2%
Movimentos sociais	79,3%	83,0%

Forças Armadas	82,9%	59,6%
Sistema Judiciário	72,0%	57,4%
Governo Federal	61,0%	53,2%
Governo Estadual	61,0%	46,8%
Governo Municipal	63,4%	61,7%
Congresso Nacional	34,1%	40,4%
Assembleia Legislativa	35,4%	44,7%
Câmara de Vereadores	37,8%	44,7%
Partidos políticos	31,7%	29,8%

Elaborado pelos autores com base em Gimenes (2011) e Silva (2024).

Nota: n = 82 em 2010 e n = 47 em 2022. Foram agrupadas as categorias positivas de confiança, correspondentes a “confia em parte” e “confia totalmente/muito”. As denominações “entidades sem fins lucrativos” e “entidades sociais” foram mantidas conforme a formulação utilizada em cada levantamento.

A comparação dos níveis de confiança exige cautela quanto à própria medida utilizada. Lundâsen (2002) chama atenção para os efeitos da formulação das perguntas e do contexto sobre as respostas obtidas em *surveys*, recomendando precaução na interpretação e na comparação de medidas de confiança ao longo do tempo. Os resultados mostram que a confiança varia de maneira seletiva entre as instituições e também entre os dois levantamentos. Entidades sem fins lucrativos e movimentos sociais permanecem entre aquelas que concentram os níveis mais elevados de confiança, enquanto os partidos políticos apresentam os menores percentuais nos dois momentos. Entre as diferenças observadas, destaca-se a confiança nas Forças Armadas, que passa de 82,9% em 2010 para 59,6% em 2022. Em sentido distinto, Congresso Nacional, Assembleia Legislativa e Câmara de Vereadores apresentam percentuais mais elevados no levantamento mais recente, embora permaneçam em níveis inferiores aos observados para diversas outras instituições avaliadas.

A elevada confiança nas entidades sem fins lucrativos e nos movimentos sociais deve ser interpretada considerando a própria inserção dos respondentes no campo associativo. Ainda assim, o padrão geral evidencia que a confiança institucional é seletiva e varia conforme a instituição avaliada. Moisés (2005) chama atenção para o fato de que a desconfiança política não assume necessariamente o mesmo significado diante de todas as instituições. Nessa mesma direção, Moisés e Carneiro (2008) demonstram que apoio à democracia, satisfação com seu funcionamento e confiança nas instituições constituem dimensões distintas do apoio político e não devem ser tratadas como equivalentes.

Essa distinção é particularmente importante diante dos resultados encontrados. A preferência pela democracia permanece amplamente majoritária entre os gestores pesquisados, enquanto a confiança varia consideravelmente conforme o órgão ou organização avaliada. Não há, portanto, correspondência necessária entre apoiar a democracia como regime e depositar o mesmo grau de confiança em todas as instituições que participam de seu funcionamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comparação entre os levantamentos realizados em 2010 e 2022 permitiu identificar mudanças importantes no perfil dos gestores de Organizações da Sociedade Civil pesquisados em Maringá. Em 2022, o segmento apresenta maior presença feminina, idade média menor, escolarização mais elevada e maior diversidade religiosa, embora permaneça a predominância de pessoas brancas. Os resultados mostram, portanto, que a composição social das posições dirigentes se modificou ao longo do período, ainda que algumas características tenham apresentado maior continuidade do que outras.

As mudanças também alcançam as condições de exercício da gestão. A presença mais expressiva de gestores remunerados, associada ao aumento da escolarização e às formações diretamente relacionadas às políticas sociais, à administração e à gestão das organizações, indica um processo de profissionalização das posições dirigentes. Em 2022, a gestão apresenta presença expressiva de exercício remunerado e características de atividade profissional que demanda conhecimentos específicos, formação e dedicação às próprias organizações. Esse resultado ganha relevância diante das transformações institucionais ocorridas no período, que ampliaram as exigências técnicas, administrativas e normativas relacionadas à atuação das OSCs.

No campo da cultura política, a comparação mostra mudanças acompanhadas de importantes permanências. O interesse por política continua elevado nos dois levantamentos, enquanto a composição ideológica apresenta mudança expressiva, com redução da proporção de respondentes posicionados à direita e crescimento daqueles identificados à esquerda. Em 2022, aos meios de informação investigados nos dois levantamentos somam-se redes sociais e aplicativos de mensagens, configurando um repertório informacional mais diversificado entre os respondentes. A preferência pela democracia, amplamente majoritária em 2010, apresenta percentual ainda mais elevado em 2022, resultado que ocorre simultaneamente ao aumento expressivo da escolarização do segmento. Embora a pesquisa não permita estabelecer uma relação causal entre essas duas mudanças, sua ocorrência

conjunta merece ser considerada na interpretação do compromisso democrático dos gestores. A confiança institucional, por sua vez, permanece seletiva e varia conforme a instituição avaliada, demonstrando que a elevada preferência pela democracia não corresponde necessariamente ao mesmo nível de confiança em todas as instituições políticas.

Em conjunto, os achados permitem identificar, em 2022, um segmento socialmente distinto daquele pesquisado em 2010, no qual a profissionalização das posições de gestão se apresenta de forma expressiva, acompanhada por mudanças relevantes em diferentes dimensões da cultura política. Não se trata de afirmar uma trajetória individual de transformação, uma vez que os levantamentos não acompanharam os mesmos respondentes, nem de estabelecer relações causais entre as características sociais, profissionais e políticas encontradas. A comparação evidencia, contudo, que as posições de gestão das OSCs apresentam configurações distintas nos dois momentos analisados, tanto em relação a quem as ocupa quanto às condições em que são exercidas e às orientações políticas daqueles que nelas atuam. Esses resultados reforçam a pertinência de compreender os gestores dessas organizações como integrantes de um segmento de elites políticas não estatais, cuja atuação articula gestão organizacional, políticas públicas, participação social e relações entre Estado e sociedade civil.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon. Identidade, oposição e pragmatismo: uma teoria política do voto. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 26, p. 53-79, 1992. <https://doi.org/10.1590/S0102-64451992000200003>

BAPTISTA, Erica Anita; ROSSINI, Patrícia Gonçalves da Conceição; OLIVEIRA, Vanessa Veiga de; STROMER-GALLEY, Jennifer. A circulação da (des)informação política no WhatsApp e no Facebook. *Lumina*, Juiz de Fora, v. 13, n. 3, p. 29-46, set./dez. 2019. DOI: 10.34019/1981-4070.2019.v13.28667.

BORBA, Julian. Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro. *Opinião Pública*, Campinas, v. 11, n. 1, p. 147-168, mar. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/x5Wcx4nSrWK7DyPDbWBY7R/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 9 set. 2026.

BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rossetti. Assistência social na pandemia da Covid-19: proteção para quem? *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 140, p. 66-83, jan./abr. 2021. DOI: 10.1590/0101-6628.238.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. *Política Nacional de Assistência Social: PNAS/2004*. Brasília, DF: MDS, 2004. Aprovada pela Resolução CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004. Disponível em:

https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 28 ago. 2026

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução nº 269, de 13 de dezembro de 2006. Aprova a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS. Brasília, DF: CNAS, 2006. Disponível em: https://7f9ee646-2885-415a-bfa4-9e608360171d.usrfiles.com/ugd/7f9ee6_27517a7f2b5c4721becb2bee71b31ee9.pdf. Acesso em: 1 set. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília, DF: CNAS, 2009. Disponível em: https://www.blogcnas.com/_files/ugd/7f9ee6_c4da8cf43153417a9ec8c223aaf5fac9.pdf. Acesso em: 1 set. 2026.

BRASIL. Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Brasília, DF: Presidência da República, 2011a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112435.htm. Acesso em: 1 set. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução nº 17, de 20 de junho de 2011. Ratifica a equipe de referência definida pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS e reconhece as categorias profissionais de nível superior para atender às especificidades dos serviços socioassistenciais e das funções essenciais de gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Brasília, DF: CNAS, 2011b. Disponível em: https://www.blogcnas.com/_files/ugd/7f9ee6_d825fc918a98454682401c0261ceb251.pdf. Acesso em: 1 set. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113019.htm. Acesso em: 1 set. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015. Altera a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e outras normas relativas às parcerias com organizações da sociedade civil. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113204.htm. Acesso em: 1 set. 2026.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para instituir o Novo Regime Fiscal e dá outras providências. Brasília, DF: Congresso Nacional, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 1 set. 2026.

BRASIL. Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019. Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. Brasília, DF: Presidência da República, 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d9759.htm. Acesso em: 1 set. 2026.

FUKS, Mario; CASALECCHI, Gabriel Avila; RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. Determinantes contextuais da coesão do sistema de crenças democrático: evidências a partir da América Latina. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 28, p. 7-32, jan./abr. 2019. DOI: 10.1590/0103-335220192801.

FUKS, Mario; MARQUES, Pedro Henrique. Polarização e contexto: medindo e explicando a polarização política no Brasil. *Opinião Pública*, Campinas, v. 28, n. 3, p. 560-593, set./dez. 2022. DOI: 10.1590/1807-01912022283560.

GENÉ, Mariana; GRILL, Igor Gastal; SERNA, Miguel. Estudos e metodologias de pesquisas sobre as elites. *Revista Pós Ciências Sociais*, São Luís, v. 22, n. 2, p. 159-172, maio/ago. 2025. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/396034705_Estudos_e_metodologias_de_pesquisas_sobre_as_elites. Acesso em: 1 set. 2026.

GIMENES, Éder Rodrigo. Cultura política e democracia: apoio difuso e específico entre um segmento da elite não estatal do município de Maringá (PR). 2011. 178 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011. Disponível em: <https://pgc.uem.br/arquivos-dissertacoes/eder.pdf>. Acesso em: 1 set. 2026.

GIMENES, Éder Rodrigo. Práticas profissionais para o Terceiro Setor. Maringá: UniCesumar, 2020. 88 p. ISBN 978-65-5615-065-9.

GIMENES, Éder Rodrigo; RIPARI, Angélica; RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. Desigualdade, pobreza e ações do Estado: a visão de elites políticas não-estatais. *Mediações – Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 18, n. 1, p. 292-317, jan./jun. 2013. DOI: 10.5433/2176-6665.2013v18n1p292.

GRYNSZPAN, Mario; GRILL, Igor Gastal. Elites: recursos e legitimação. *Revista Pós Ciências Sociais*, São Luís, v. 8, n. 15, p. 9-15, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/574/329>. Acesso em: 1 set. 2026.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn; ALMEIDA, Carla; GIMENES, Éder Rodrigo. Gênero e representação política nos conselhos gestores no Brasil. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 59, n. 3, p. 789-822, 2016. DOI: 10.1590/00115258201692.

LUNDÅSEN, Susanne. Podemos confiar nas medidas de confiança? *Opinião Pública*, Campinas, v. 8, n. 2, p. 304-327, 2002. <https://doi.org/10.1590/S0104-62762002000200007>

MACHADO, Jorge; MISKOLCI, Richard. Das Jornadas de Junho à cruzada moral: o papel das redes sociais na polarização política brasileira. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 945-970, set./dez. 2019. DOI: 10.1590/2238-38752019v9310.

MOISÉS, José Álvaro. Democratização e cultura política de massas no Brasil. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 26, p. 5-51, 1992. <https://doi.org/10.1590/S0102-64451992000200002>

MOISÉS, José Álvaro. A desconfiança nas instituições democráticas. *Opinião Pública*, Campinas, v. 11, n. 1, p. 33-63, mar. 2005. <https://doi.org/10.1590/S0104-62762005000100002>

MOISÉS, José Álvaro. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 11-43, fev. 2008. DOI: 10.1590/S0102-69092008000100002.

MOISÉS, José Álvaro; CARNEIRO, Gabriela Piquet. Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime: o caso do Brasil. *Opinião Pública*, Campinas, v. 14, n. 1, p. 1-42, jun. 2008. <https://doi.org/10.1590/S0104-62762008000100001>

PAULO, Elton Vicente de; SANTIAGO, Aline Barros de Souza; GIMENES, Éder Rodrigo; PAULO, Elton Vicente de. Educação a distância e gestão social: capacitação de gestores públicos e do Terceiro Setor sobre saúde bucal. In: MENEGASSI, Claudia Herrero Martins; GIMENES, Éder

Rodrigo; SOUZA, Márcia de (org.). *Temas contemporâneos em gestão pública: democracia, gestão, políticas públicas e educação*. Maringá, PR: UniCesumar, 2021. p. 252-275.

REIS, Elisa P.; CHEIBUB, Zairo B. Valores políticos das elites e consolidação democrática. Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 38, n. 1, p. 31-56, 1995. Disponível em: <https://dados.iesp.uerj.br/en/artigos/?id=471>. Acesso em: 1 set. 2026.

SCHERER-WARREN, Ilse. Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política. *Caderno CRH*, Salvador, v. 27, n. 71, p. 417-429, maio/ago. 2014. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792014000200012>

SILVA, Suzie Keilla Viana da. *Organizações da sociedade civil e política de assistência social: considerações sobre perfil de gestores, atuação do Conselho Municipal de Assistência Social de Maringá e impactos da pandemia de Covid-19*. 2024. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2024. Disponível em: <https://pgc.uem.br/arquivos-dissertacoes/suzie-keilla-viana-da-silva-dissertacaofinal.pdf>. Acesso em: 1 set. 2026.

SOUZA, Márcia de. *Impactos recíprocos entre políticas públicas e sociedade civil: o caso da assistência social no âmbito local*. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2018. Disponível em: <https://pgc.uem.br/arquivos-dissertacoes/marcia-de-souza.pdf>. Acesso em: 1 set. 2026.

TATAGIBA, Luciana; GALVÃO, Andreia. Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). *Opinião Pública*, Campinas, v. 25, n. 1, p. 63-96, jan./abr. 2019. DOI: 10.1590/1807-0191201925163.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. 100% das seções totalizadas: confira como ficou o quadro eleitoral após o 2º turno. Brasília, DF: TSE, 31 out. 2022. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Outubro/100-das-secoes-totalizadas-confira-como-ficou-o-quadro-eleitoral-apos-o-2o-turno>. Acesso em: 17 ago. 2026.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA: Os bancos de dados utilizados neste artigo correspondem aos levantamentos realizados em 2010 e 2022 no âmbito de pesquisas acadêmicas desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá. Os dados podem ser solicitados aos autores.

FINANCIAMENTO: Esta pesquisa não recebeu nenhuma subvenção específica de qualquer agência de financiamento dos setores público, privado ou sem fins lucrativos.

CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS: **Suzie Keilla Viana da Silva:** Conceitualização, Metodologia, Validação, Análise formal, Curadoria de dados, Escrita - Rascunho Original, Redação - Revisão e Edição, Visualização. **Éder Rodrigo Gimenes:** Conceitualização, Metodologia, Validação, Análise formal, Curadoria de dados, Escrita - Rascunho Original, Redação - Revisão e Edição.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE: As/os autoras/es declaram que não há conflito de interesses a mencionar.

DECLARAÇÃO DE USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: Os autores declaram que utilizaram ferramenta de Inteligência Artificial generativa como apoio à revisão linguística, adequação textual, tradução e organização formal do manuscrito. A definição do problema de pesquisa, a construção teórica e metodológica, a análise e interpretação dos dados, bem como as conclusões apresentadas, são de responsabilidade exclusiva dos autores. Todo o conteúdo produzido com auxílio

da ferramenta foi revisado, validado e aprovado pelos autores, que assumem integral responsabilidade pelo conteúdo do artigo.

MINIBIOGRAFIAS DOS/DAS AUTORAS DO PAPER

Suzie Keilla Viana da Silva

Mestra em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Maringá, Pós-graduada em Gestão de Políticas Públicas de Assistência Social na Perspectiva do SUAS, graduada em Licenciatura em Sociologia (UNICESUMAR).

Éder Rodrigo Gimenes

Doutor em Sociologia Política e pós-doutorando em Ciência Política na Universidade Federal de Santa Catarina. Professor dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e em Políticas Públicas e pesquisador do Núcleo de Pesquisas sobre Participação Política da Universidade Estadual de Maringá.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.